

Sobre a assembleia de 09/11.

Realizada no último dia 09/11, a assembleia deliberativa e informativa contou com as presenças dos advogados Marcus Neves e Diego Bochnie contratados pelos trabalhadores e trabalhadoras que trouxeram atualizações sobre a pauta da plenária, que resumimos abaixo:

Ação CGPAR

Dr. Marcus Neves esclareceu que os processos que discutem a alteração no plano de saúde pela Eletrobrás (CGPAR23), foram suspensos por decisão judicial. Mas que, apesar da suspensão, não houve revogação das decisões judiciais já obtidas. Apenas houve a suspensão da marcha processual até o julgamento de natureza jurídica, ajuizado pela Eletrobrás contra as entidades sindicais signatárias do ACT.

Questionado sobre a tempestividade para inclusão de novos associados da AEEL à ação, informou que a para inclusão de novos associados será necessária a abertura de um novo processo.

Nesse sentido, solicitamos que quem desejar integrar a nova ação envie ficha de inscrição (modelo [aqui](#)) até às 17 horas da próxima segunda-feira, dia 15/11, EXCLUSIVAMENTE por e-mail: aeel@aeel.org.br.

Esclarecemos que todos que enviaram ficha de inscrição à AEEL após o dia 24/09 terão seus nomes inclusos no rol de associados para a nova ação.

Reajuste Salarial

Trabalhadores e trabalhadoras aprovaram que, caso a empresa insista em seu posicionamento, as Entidades de Representação poderão entrar com ação requerendo o reajuste salarial isonômico.

Retorno ao trabalho

Sobre o tema, o Dr. Diego Bochnie, destacou a coragem da AEEL e das demais Entidades de Representação em ingressar, ainda em 2020, com Ação Coletiva Civil (ACP nº 0100540-54.2020.5.01.0082) que protelou o retorno dos trabalhadores e trabalhadoras ao serviço presencial. Ganhamos tempo e, principalmente, condições sanitárias melhores, dado o avanço da vacinação, para o retorno.

O Notícias Eletrobrás – Gestão de Pessoas nº 72 de 10/11, deu ciência da decisão prolatada nos autos da Ação Civil Coletiva em 07/11/2021, que autoriza o retorno ao trabalho.

A AEEL considera que além dos óbvios protocolos de segurança a serem adotados para o retorno dos trabalhadores e trabalhadoras, há a necessidade da direção da Eletrobrás, principalmente a Diretoria de Gestão e Sustentabilidade, avaliar questões estruturais nas instalações que receberão nossos profissionais, tais como: condição adequada de distanciamento de mesas e divisórias; Estrutura dos computadores após quase 2 anos parados; atualização dos programas; revisão das impressoras (algumas não funcionam e outras já apresentam com problemas); estrutura do Help Desk (capacidade de atendimento a monta de trabalhadores/as nas instalações); máquinas emprestadas (como se dará a substituição?).

Questões como esta têm chegado até nós e acreditamos que trabalhadores e trabalhadoras são os mais bem preparados para expor as possíveis adequações para um retorno ao trabalho presencial com segurança e sem comprometer seu desempenho profissional, mas vislumbramos que a empresa terá bom senso e capacidade de prover todas as condições ideais com objetivo de minimizar quaisquer infortúnios para seu corpo funcional.

Compartilhe esse informe com os colegas!

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE (links nas logos abaixo).

A Diretoria, em 12 de novembro de 2021.

Associação dos Empregados da Eletrobrás – AEEL

